
O EQUILÍBRIO ENTRE A RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E A EFICÁCIA ECONÔMICA EMPRESARIAL

Grace Ladeira Garbaccio

Doutora e Mestre em Direito pela Universidade de Limoges (UL).
Gerente Corporativa da Votorantim Energia (VE).
E-mail: glgarbaccio@hotmail.com

Christophe Krolik

Pós-Doutor pela Université de Pau.
Doutorado em Direito Público pela Universidade de Limoges.
Professor da Université Laval.
E-mail: christophe.krolik@fd.ulaval.ca

Ana Carolina de Moura Maciel

Mestre em Administração (FUMEC).
Líder de Núcleo Socioinstitucional da Fundação Renova.
Email: carol_mmaciell@hotmail.com

RESUMO

O artigo visa apresentar como discussões em torno da sustentabilidade e da responsabilidade social corporativa. Tais conceitos não são mais uma tendência e um melhor recurso. Em processo contínuo de construção, ainda que como discussões sobre o tema tem ganhado maior proporção nas últimas décadas. É possível relacionar os recursos financeiros das organizações. E de fato, esses conceitos não são estáticos, mas sim, exigem um processo contínuo de redefinição, que agora envolvam uma visão de estratégia global do prazo. Como as organizações são impacientes, mudam-se como estão comprometidas não apenas com uma questão ambiental, mas, especialmente, como estão comprometidas com a sociedade. Dessa forma, uma responsabilidade social empresarial cresceu e aponta como uma das prioridades das organizações. Considera-se que estas edições que enfrentam um novo cenário de riscos, que exigem uma adoção de uma posição social e meio-ambiente, que é responsável, convergindo para a

economia econômica. Sendo assim, um estudo de análise fundamental em referências bibliográficas, utilizando o método hipotético dedutivo.

Palavras-chave: Sustentabilidade, Responsabilidade Socioambiental, Gestão Econômica Empresarial, Acionista e Interessada

*BALANCE BETWEEN SOCIO-ENVIRONMENTAL RESPONSIBILITY
AND BUSINESS ECONOMIC EFFICIENCY*

ABSTRACT

The article aims to present the discussions about sustainability and corporate social responsibility. Such concepts are no longer a trend and are in continuous process of construction, even if the discussions on the subject have gained more proportion in the last decades. It is possible to relate them to the financial results of organizations. And in fact, these concepts are not static, but rather require an ongoing process of redefinition, which now involves a vision of long-term corporate strategy. Organizations have been pushed to change the way they are committed not only to the environmental issue, but especially to how committed they are to society. In this way, corporate social responsibility has grown and is one of the organizations' priorities. It is considered that these organizations face a new risk scenario, which demands the adoption of a socially and environmentally responsible position, converging towards economic efficiency. Thus, the present analysis was based on bibliographic references using the hypothetical deductive method.

Keywords: Sustainability, Social and Environmental Responsibility, Business Economics, Shareholder e Stakeholder

INTRODUÇÃO

O termo sustentabilidade, além do jargão empresarial, tornou-se um slogan. Diferentes atores sociais se apropriam deste discurso - empresas, estados, organizações não-governamentais, movimentos sociais, entre outros. Eles também o utilizam politicamente (COELHO; GODOI, 2010).

O modelo a ser examinado é o da sustentabilidade sistêmica - uma consideração dos aspectos econômicos, sociais e ambientais. A economia busca a maximização dos resultados, obtida pelo aumento da produção e do consumo, com foco a curto prazo; a sociedade precisa de bens e serviços para sua sobrevivência, com qualidade de vida. Por outro lado, demandas ambientais exigem a preservação dos ecossistemas (FENKER, 2012).

Assim, a sustentabilidade tem ganhado espaço. O que antes era considerado uma possível barreira para o crescimento das empresas, hoje é apresentado como parte de um novo paradigma dos negócios. A demanda pela criação de soluções alternativas para a produção econômica e industrial demonstrou que o desenvolvimento sustentável é uma opção viável para gerenciar o esgotamento dos recursos naturais e a deterioração do meio ambiente (SOUZA; RIBEIRO; MELO, 2011).

Não existe um único parâmetro que permita medir a sustentabilidade e, assim, o custo-benefício social, econômico e ambiental geralmente parecem ser opostos. Da mesma forma, ainda não há consenso sobre a relação entre as melhores práticas de sustentabilidade e o melhor desempenho de uma empresa. Isso advém da discrepância entre os estudos que investigaram as relações entre as melhores práticas de sustentabilidade ou a participação em índices de sustentabilidade do mercado financeiro com maior valor, melhor desempenho, menor risco e maiores retornos do mercado (LAMEIRA et al., 2012).

Além disso, a relação entre as preocupações das empresas e as questões relacionadas à sustentabilidade e os melhores resultados em relação a outras empresas que não se preocupam com a questão também são destacadas.

Diante das incertezas doutrinárias quanto à relação de ser sustentável e efetivo, a proposta de responsabilidade social corporativa também emergiu para apoiar as ações das empresas, bem como as cobranças que podem ser feitas a elas através de discussões sobre as

dimensões da sustentabilidade. Para Welzel et al. (2008), este conceito não é um padrão estático, mas sim um processo contínuo na busca de altos níveis de envolvimento e compromisso com os grupos sociais do meio ambiente de cada empresa.

O debate sobre a responsabilidade corporativa apresenta heterogeneidade de pensamentos. Mas as mudanças apontam para uma perspectiva de gerenciamento de negócios, com foco na geração de valor compartilhado entre as empresas e os vários grupos de interesse (FREIRE et al., 2008).

Certamente, essas questões abriram o caminho à análise econômica e estratégica da responsabilidade social, com foco na solução não só de problemas sociais e, ao mesmo tempo, de problemas de negócios, mas também visando a melhoria da competitividade do negócio. É uma mudança inevitável e saudável, e é necessário evitar que as ações de responsabilidade social sejam abandonadas (FREIRE et al., 2008).

A ação socialmente responsável das empresas já ultrapassou o estágio da tendência simples, e a sustentabilidade tem assumido a posição de estratégia de negócios a longo prazo. Com as demandas não só de investidores, mas também dos financiadores, consumidores e órgãos de licenciamento - e, portanto, legais -, as empresas são obrigadas a levar em consideração o impacto que causam nos arredores de suas operações (KASSAI; HA; CARVALHO, 2011).

Muitas vezes, há resistência por parte dos acionistas e da alta administração das empresas para a implementação de ações de responsabilidade social. Afinal, essas ações pressupõem a disponibilidade de investimentos substanciais e a convicção da cúpula organizacional para se considerar os benefícios que, embora nem sempre tangíveis e mensuráveis, são efetivos. O processo de argumentação é desafiador e exige uma mudança de paradigmas e cultura empresarial (PEREIRA; FENDRICH, 2009).

Na relação direta entre sustentabilidade e responsabilidade social, um novo risco é apresentado, sendo vinculado ao desempenho social das empresas: no relacionamento com as partes interessadas, a empresa não obtém o consentimento social para operar, o que pode afetar diretamente a concessão de licenças formais.

Considerando, portanto, o novo cenário de riscos perante as organizações, este artigo pretende discutir noções sobre a responsabilidade socioambiental, consideradas fundamentais na análise da mitigação de

seus riscos em favor do negócio de eficiência econômica. Para este fim, o estudo será baseado no método hipotético-dedutivo, com base na análise e revisão de referências bibliográficas e documentais.

1 SUSTENTABILIDADE

A discussão sobre sustentabilidade nasceu no movimento ambientalista, e procurou demonstrar que a humanidade estava em risco, já que o planeta não podia mais suportar a exploração dos recursos naturais. Esses avisos foram vistos pelos economistas como o principal dilema entre conservação ambiental e crescimento econômico. Este dilema mobilizou, por sua vez, vários atores políticos. A questão da sustentabilidade, também na esfera social, começou a enfatizar os impactos da escassez de recursos naturais e mudança do modelo econômico atual, e de que maneira a sustentabilidade está relacionada à desigualdade social, ao acesso ao consumo, à democracia e aos direitos humanos (CARREIRA, 2011).

Embora o debate sobre o futuro da humanidade tenha ganhado mais força e proporção nas últimas décadas, as previsões catastróficas sobre o futuro existem desde os primórdios da existência humana. Mais recentemente, essas previsões - que causaram controvérsia -, baseadas em dados científicos, sensibilizaram o público para a gravidade dos problemas ambientais do planeta e ganharam assim espaço na mídia a ponto de serem incluídas no vocabulário do cidadão comum (NASCIMENTO, 2008).

Na reconstrução histórica do surgimento do termo e das discussões sobre sustentabilidade, em 1972, um grupo de cientistas que assessorou o Clube de Roma com base em modelos matemáticos, publicou o “Relatório de Limites de Crescimento”. Este relatório apontou os riscos do aumento do crescimento econômico através da exploração de recursos naturais não renováveis e gerou uma reação da comunidade internacional, especialmente dos países em desenvolvimento, que tinham como objetivo alcançar o mesmo padrão de crescimento e consumo dos países desenvolvidos (NASCIMENTO, 2008).

Os acidentes ambientais recorrentes da década de 1980 levaram a comunidade internacional a conceber e implementar propostas de preservação ambiental. A este respeito, o Protocolo de Montreal, em vigor em 1989 - que proibia o uso de produtos específicos que geram impactos ambientais, estabelecendo um prazo para sua substituição - e o Relatório Brundtland publicado em 1987, que disseminou o conceito de

desenvolvimento (NASCIMENTO, 2008).

Na década de 1990, o destaque da década foi a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio 92. Impulsionado por esses debates, foi estabelecido o ISO 14000 e, em 1997, o Protocolo de Quioto, que estabeleceu o objetivo de reduzir as emissões de gases de efeito estufa. Este protocolo entrou em vigor mais tarde, mesmo sendo negado por importantes países desenvolvidos.

Os esforços realizados na década de 1990 continuaram no início do século XXI, refletindo a Cúpula Rio + 10 realizada na África do Sul em 2002, culminando com a revisão dos itens propostos na Conferência Rio 92 e no Protocolo de Quioto, ratificados em 2005 (NASCIMENTO, 2008).

Ao mesmo tempo, a sociedade sofreu mudanças comerciais e industriais, culminando em uma verdadeira revolução financeira. A antítese desta revolução foram as vertentes radicais ambientalistas, conservadoras e conservacionistas que se manifestam na forma de novos movimentos sociais (NEWS; BRUNSTEIN, 2012).

Numa sociedade em que as relações econômicas, sociais e ambientais estão interligadas, a sustentabilidade é uma opção quando essas relações são tratadas de forma igual. O caminho para a sustentabilidade pode encontrar dificuldades, uma vez que a cooperação entre países e pessoas é complexa e não tão facilmente articulada (PADILHA; FILHO, 2012).

No entanto, na visão de Lameira et al. (2012), embora a busca de práticas sustentáveis não seja a solução definitiva para o contexto estabelecido, a aplicação de suas melhores práticas permite a orientação do caminho da convergência das forças econômicas que levará ao crescimento sustentável.

Embora o discurso sustentável tenha ganhado notoriedade, fortes críticas são identificadas para esse movimento, bem como propostas divergentes. Para Novaes e Brunstein (2012), existem linhas de pensamento que ligam solução para os problemas ambientais a possíveis progressos científicos. Por outro lado, há outras vertentes que propõem a suspensão imediata do crescimento econômico como solução para problemas ambientais e sociais.

A diversidade de abordagens e interesses torna o conceito de sustentabilidade cada vez mais nebuloso e desgastado. O risco é que a discussão chegue à opinião política, pública, sendo reproduzida em ciclos sempre mais curtos, através da fabricação constante de novos termos e

conceitos (MOTA, SILVA, 2009).

A partir dos anos 90, houve um choque entre projetos, discursos, concepções, instituições e práticas ambientais. A modernização ecológica propõe dar um preço ao que é impagável na tentativa de transformar o ambiente em uma oportunidade de negócio, e tende a equiparar-se à lógica da propriedade privada. Desta forma, o meio ambiente e a sustentabilidade tornam-se objetos de atração de capital, se transformando em símbolo e marca com o objetivo de atração mercadológica (ACSELRAD, 2010).

Também é destacada para o movimento de desenvolvimento sustentável a visão crítica apresentada por autores como Barbieri et al. (2010), que questiona o crescimento econômico como condição necessária à erradicação da pobreza, uma vez que ele, na opinião dos autores, é a origem de graves problemas ambientais e sociais observados no mundo contemporâneo.

O problema ambiental já há muito não se restringe ao ambiente natural e entrou no espaço social (NASCIMENTO, 2012). O retorno social, neste contexto, consiste em atender às necessidades sociais de uma vida digna, com uma distribuição justa e equitativa de bens naturais e não naturais - da transformação humana - e dos serviços, mantendo as condições vitais do meio ambiente para a perpetuação da espécie humana, o que exige mudanças econômicas. (FENKER, 2012).

Com a globalização, as grandes empresas começaram a expandir seus empreendimentos para atender as novas demandas do mercado. No entanto, essa expansão levou as organizações a combinar suas atividades em grandes centros de produção ao redor do mundo, exigindo uma grande necessidade de capital e investimento. Ao mesmo tempo, os impactos sociais, econômicos e ambientais também cresceram em escala global. Dessa forma, os ganhos tecnológicos e do desenvolvimento ocorrem em detrimento da qualidade de vida em meio à mudança de valores sociais (LAMEIRA et al, 2012).

Ao pensar como a dimensão social da sustentabilidade pode ser analisada, Falcão e Gómez (2012) enfatizam que a prática permeia todas as outras dimensões, pois são indivíduos que precisam estar conscientes da necessidade de transformar seu comportamento.

Para Munck et. al (2011), a sustentabilidade organizacional é amparada por três competências: *ecoeficiência*, justiça socioambiental e inserção socioeconômica. A *ecoeficiência* refere-se à capacidade de fornecer bens e serviços a preços competitivos para atender às necessidades

humanas, com qualidade de vida e redução do impacto ambiental. A justiça social e ambiental visa garantir que os grupos, especialmente os mais vulneráveis, não sejam afetados desproporcionalmente pelos efeitos negativos da produção, e enfatizam o direito desses grupos de participar das decisões que os afetem diretamente. A inserção socioeconômica permite à organização agir em favor do coletivo e envolve a promoção de mais justiça e igualdade em ações com vistas ao crescimento real nas diversas unidades organizacionais e níveis hierárquicos, eliminando os déficits sociais.

Desenvolvimento sustentável significa promover o desenvolvimento econômico concomitantemente à preservação do meio ambiente, com benefícios sociais. O termo “desenvolvimento sustentável” pode ser atribuído a um país, cidade ou empresa, mostrando novamente a amplitude do tema. Quando utilizado no mundo dos negócios, surgem dois sinônimos importantes para o desenvolvimento sustentável: a responsabilidade social corporativa e a sustentabilidade corporativa (VELLANI; ALBUQUERQUE; CHAVES, 2009).

Fenker (2012) diz que há uma crise nas teorias sociais, uma vez que a modernidade não resolveu importantes questões sociais, levando-nos à era atual de incertezas e à ruptura social, econômica e ambiental sem, no entanto, as questões que eram anteriormente propostas - remoção da pobreza, sustentabilidade e participação popular. Para o autor, o modelo atual é economicamente e ambientalmente insustentável, e há um consenso implícito nos discursos - que o modelo atual de progresso e desenvolvimento precisa ser modificado, para que se resgate a justiça social.

De acordo com Lameira et al. (2012), a busca de retornos financeiros crescentes deve ser sustentada no meio de um ambiente interno que dê às pessoas a percepção de que sua atividade individual se alinha aos objetivos da empresa e aos valores da sociedade. Assim, as empresas conscientes da necessidade de promover a integração entre os indivíduos desenvolvem as melhores práticas de sustentabilidade e responsabilidade social.

É importante enfatizar que a sustentabilidade coloca no centro dos debates os interesses de natureza geral e não aqueles específicos de certos grupos ou classes sociais, o que modifica a assimetria de poder da sociedade (NASCIMENTO, 2012).

2 SUSTENTABILIDADE NO AMBIENTE EMPRESARIAL

As pressões geradas por diferentes perspectivas e demandas existentes para um desempenho mais sustentável das organizações promovem a mudança da maneira com que estas se relacionam não apenas com o meio ambiente, mas também com a sociedade. O que anteriormente era direcionado aos aspectos econômicos deu origem a novos desafios, entre eles o gerenciamento das diversas expectativas e demandas das partes interessadas e acionistas (MARCONATTO, 2010).

Pesquisas sobre acionais e partes interessadas apontam para o contraste entre essas duas linhas de pensamento. Essas teorias são contemporâneas e controversas devido a dois aspectos principais: a abordagem da função e objetivo das empresas e a incompatibilidade entre essas duas visões (BOAVENTURA et al., 2008). Tais teorias têm no centro do debate dois pontos de vista concorrentes: pressupostos contrastantes e processos entre acionistas e outras partes interessadas (SHANKMAN, 1999).

A Teoria dos Acionistas está intimamente relacionada à eficiência organizacional e baseia-se no argumento de que os participantes da empresa concordam em cooperar, mutuamente, através de contratos, em vez de simplesmente se relacionar pelo mercado. Nesta teoria, o direito à propriedade justifica a dominação do interesse do acionista em detrimento de outros interesses (DONALDSON; PRESTON, 1995).

O argumento de Fontrodona e Sison (2006) é que os investidores, ao confiar seu capital a uma empresa, assumem riscos que crescem, uma vez que o uso desse capital depende da gestão de outro ator. E uma vez que assumem uma maior responsabilidade, quando a empresa declara falência, por exemplo, a atividade da corporação deve essencialmente garantir a proteção de seus interesses.

Para ela, a solução dos conflitos de interesse começa com o reconhecimento e a proteção dos direitos humanos fundamentais. Este modelo humanista considera que as organizações são uma comunidade de pessoas que, por sua vez, têm valores intrínsecos e dignidade. Os laços de união entre pessoas são ainda mais importantes do que as pessoas consideradas individualmente.

Shankman (1999) critica a teoria do acionista dizendo que ela é apenas uma forma estreita da teoria das partes interessadas, e que os pressupostos sobre o comportamento humano e as motivações implícitas

são contraditórios. Além disso, afirma que existe uma motivação moral implícita que inclui os direitos e princípios fundamentais, bem como os pressupostos do comportamento humano.

Por sua vez, o desenvolvimento do conceito de partes interessadas ocorreu lentamente até o início da década de 1970, e à medida que a preocupação com o envolvimento das empresas com as questões sociais ganhou terreno, a noção de *stakeholder* (*parte interessada*) também foi fortalecida (FREEMAN, REED, 1983).

O conceito de *stakeholder* abrange grupos de indivíduos que são beneficiados ou prejudicados e cujos direitos são violados ou respeitados pelas ações das corporações. Para Freeman (2002), o conceito de *stakeholder* é uma generalização da noção de acionista. Este conceito decorre da premissa de que, assim como o acionista tem o direito de exigir certas ações da administração da empresa, o stakeholder também tem o direito de fazer reivindicações. A Teoria das Partes Interessadas não dá primado a um grupo em relação a outro, mas sim busca o equilíbrio de relacionamentos.

A abordagem das partes interessadas é, de acordo com Freeman e Reed (1983), relacionada à noção de democracia corporativa, que teve, ao longo dos anos, pelo menos três significados: democratização corporativa; o aumento e o fortalecimento do papel do governo e da supervisão nos negócios; e a obrigatoriedade ou o incentivo à participação dos acionistas no processo de tomada de decisão. Esses fatores também levaram à compreensão e ao reconhecimento de que há momentos em que as partes interessadas também devem participar na tomada de decisões, o que implica, no mínimo, que os conselhos sejam mais conscientes do impacto que suas decisões têm nos principais grupos de partes interessadas. Como resultado ocorre a o aumento da sofisticação com a qual os grupos de interesse estão começando a usar mecanismos formais de poder, como as reuniões anuais, os contratos sociais e assim por diante, intentando aumentar a atenção dos gerentes.

Hillman e Keim (2001) propõem a expansão da responsabilidade de uma empresa devido à incapacidade dos governos de lidar com certos problemas sociais, que ampliam o papel das partes interessadas tradicionais. Os autores afirmam ainda que o desempenho social e econômico pode ser melhor entendido quando suas análises são separadas em dois componentes diferentes. Do ponto de vista social, esta divisão seria realizada pela gestão das partes interessadas e da participação social, que se referem ao processo

de criação de valor que, por sua vez, pode culminar no aumento do retorno financeiro a partir da criação de ativos intangíveis. No entanto, o uso de recursos da empresa para questões sociais que não estão diretamente relacionadas às principais partes interessadas da organização - clientes, fornecedores e a comunidade - não cria vantagem competitiva.

Para Shankman (1999), na teoria das partes interessadas o principal papel do gerenciamento é conseguir o equilíbrio entre todas as partes interessadas. De acordo com o autor, esse equilíbrio entre os interesses dos envolvidos é o único meio de garantir a sobrevivência da empresa e o desempenho de outros objetivos organizacionais. A condição normativa desta teoria é que os gerentes devem fornecer retornos - inclusive econômicos e outros - para as partes interessadas continuarem a criar riqueza.

Além disso, há um acordo implícito, através da teoria das partes interessadas, quanto ao direito de operar como instituição econômica e, portanto, subordinada e sustentada pelo Estado, no qual a sociedade tem um papel importante e é apoiada por um contexto moral (SHANKMAN, 1999).

Mesmo que as organizações, na opinião de Freeman et al. (2004), sejam propriedades privadas, existem regras morais que se aplicam a elas. Ninguém pode usar organizações para prejudicar os outros, pelo menos sem sua permissão. Nesse sentido, a liberdade de fazer acordos e definir a forma com que os agentes usam sua propriedade é um princípio importante. As organizações funcionam porque os acionistas ou seus agentes usam essa propriedade para criar valores livremente negociados. Isso exige que os gerentes compreendam as necessidades básicas das outras partes e como elas são afetadas pela negociação. Exatamente pelas razões mencionadas, o conceito de sustentabilidade ganhou força.

Barbieri et al. (2010) argumentam que a velocidade com que o movimento da sustentabilidade foi aceito por setores do negócio é sem precedentes. Os autores afirmam que o ponto de partida do discurso de sustentabilidade veio com a publicação, em 1987, do relatório da Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecido como Relatório Brundtland. Mas essa adesão ocorreu inicialmente de fora em resposta às críticas e questões sobre o papel das empresas. Somente recentemente essa adesão foi incorporada por fatores de natureza muito empreendedora, como fonte de diferenciação.

Há um redimensionamento das empresas de sua missão, que até

então tinha considerado exclusivamente os interesses econômicos de seus acionistas. Agora, a proliferação de apelos sociais, seja de funcionários, consumidores ou dos fornecedores, vem da comunidade vizinha de onde a empresa é criada ou dos governos (PEREIRA; FENDRICH, 2009).

Desta forma, as empresas, vistas como organizações ou como a estruturação do comportamento social, ficam cada vez mais presentes nas discussões sobre desenvolvimento sustentável (MELO; SALLES; DELLAGNELO, 2012).

Assim, nos últimos anos, as organizações buscaram adotar uma posição mais preocupada com os problemas socioambientais. Essa mudança de visão é impulsionada pelo desenvolvimento da legislação ambiental e pelo aumento da coleta pela sociedade e pelo mercado. Uma das primeiras formas de mostrar maior preocupação das organizações com a sociedade e o meio ambiente é pela responsabilidade social (SILVIA, REIS, 2011).

Considerando que o desenvolvimento sustentável é um processo em construção, é possível avaliar e identificar em que ponto uma organização se baseia na análise de suas relações com seus stakeholders e as características dessas relações. Do mesmo modo, é possível identificar se há ou não um equilíbrio entre os aspectos sociais, ambientais e econômicos que orientam essas mesmas relações (HOFF, PADOZ, 2009).

A complexidade dos mercados, modos de consumo e relações organizacionais internas e externas torna-se ainda mais pronunciada quando as empresas são analisadas em seus conjuntos de relacionamentos, sugerindo a necessidade de se estabelecer um conjunto de práticas mais flexíveis e abrangentes e políticas sustentáveis. A complexidade da sustentabilidade, o envolvimento com diferentes níveis e atores, sua busca pelo equilíbrio e suas interdependências exigem que as organizações se adaptem, interajam e negociem interesses, políticas e atitudes que são, muitas vezes, distantes e contraditórias entre si (MARCONATTO, 2010).

Considerando as diferentes abordagens e aplicação do termo, a sustentabilidade de uma organização também depende da sua capacidade de antecipar e reagir às mudanças no meio ambiente (DEMIL; LECOCQ, 2010).

Todos os paradoxos, contradições e confrontos ideológicos apresentados pelo tema devem ser levados em consideração pelas organizações em seus debates sobre a sustentabilidade. As análises devem partir da dialética entre o conhecimento local e a ciência tradicional; o

conhecimento de funcionários e altos executivos; os diferentes interesses das comunidades e dos acionistas; quem está interessado em práticas de sustentabilidade; e o que está por trás do conceito de desenvolvimento sustentável. Através desta análise, é possível compreender melhor o papel dos gerentes e das empresas neste processo (NOVAES; BRUNSTEIN, 2012).

3 RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

O cenário atual de instabilidade e imprevisibilidade dos eventos é agravado pela intensificação das crises econômicas e sociais, que são ainda mais evidentes pelos processos de globalização dos mercados e da comunicação. Essas crises, por sua vez, são responsáveis pelo aumento da desigualdade social - também ampliada pelo crescimento populacional -, trazendo problemas ambientais a serem superados. Este cenário apresenta novos desafios para a sociedade, tanto a nível governamental quanto empresarial, exigindo diferentes posições e ações para o enfrentamento da situação. O desempenho mais estruturado exigido das empresas visa promover um crescimento sustentável que ultrapasse o ambiente de negócios e se expanda ao papel das empresas na sociedade (PEREIRA; FENDRICH, 2009).

O desempenho organizacional está sempre sujeito a muitos debates. A configuração que é desenhada aponta para reflexões que levam ao questionamento da influência que as empresas - como sistemas abertos e dinâmicos, cujas partes interagem uns com os outros e com o meio ambiente - recebem de fatores externos, condicionando sua rentabilidade e sua capacidade de antecipar e enfrentar mudanças sociais. Esses fatores não podem mais ser ignorados e depende das empresas fornecer recursos, sistematicamente e continuamente, para a estruturação e gerenciamento formal e planejado da direção estratégica do negócio (PEREIRA; FENDRICH, 2009).

Embora as iniciativas e mobilizações de empresas em torno dos objetivos e das atividades sociais das organizações já registrem muitas experiências significativas, o debate sobre o assunto ainda é relativamente recente, e não há consenso ou conceito padrão do que caracterizaria efetivamente a responsabilidade social, seu escopo e vantagens competitivas, além do valor de reputação que poderia ser adicionado às empresas (PEREIRA; FENDRICH, 2009).

O campo da responsabilidade social corporativa ainda está em formação, tanto como prática social como como objeto de pesquisa científica no Brasil (MORETTI; CAMPANÁRIO, 2008). A produção brasileira baseou-se predominantemente em uma visão utilitarista e funcionalista da responsabilidade social e na elaboração de reflexões empiricamente não comprovadas sobre as vantagens da adoção dessas práticas. Ela também se concentra no papel da responsabilidade social corporativa, que geralmente está ligada à obtenção de ganhos estratégicos em termos de imagem, competitividade e redução de custos. A falta de verificação empírica permite o questionamento da validade científica desses estudos, exigindo um aprofundamento no campo. Caso contrário, essas discussões podem ser dissociadas da realidade organizacional (BARCELOS; DELLAGNELLO, 2010).

Atuar em setores que são considerados de alto impacto é um fator determinante para as práticas de responsabilidade social, pois, neste caso, o risco político é alto e leva a uma alta visibilidade para o mercado, o governo e a sociedade. As empresas, cujas atividades modificam o ambiente, sofrem mais monitoramento de seu desempenho, o que reflete em mais ações de Responsabilidade Social Corporativa (NUNES; TEIXEIRA; NOSSA, 2009).

De acordo com a classificação de Filho et al. (2011), as questões sociais podem ser divididas em três categorias: questões sociais genéricas, impactos sociais da cadeia de valor e dimensão social do contexto competitivo.

As questões sociais genéricas são importantes e interessantes para a sociedade, mas não afetam diretamente as operações da empresa nem sua competitividade. Os impactos sociais da cadeia de valor relacionam-se com as questões sociais que são significativamente afetadas pelas empresas em função de suas atividades. A dimensão social do contexto competitivo refere-se às questões sociais do ambiente externo que afetam diretamente a competitividade da empresa no local onde atua.

Leale Rego (2010) propõe sete dimensões para a responsabilidade social das empresas, que estão incluídas em duas dimensões macro, como as responsabilidades para os clientes e as responsabilidades para com os proprietários: econômico orientado para os clientes, orientado para os proprietários/acionistas, jurídico, ético, discricionário, orientado para os funcionários, discricionário, orientado para a comunidade e discricionário voltado para o ambiente natural.

Por sua vez, Carroll (1979) sugere três aspectos distintos do desempenho social corporativo que estão de alguma forma inter-relacionados: a definição básica de responsabilidade social (é que a responsabilidade de uma empresa vai além da preocupação econômica e jurídica?); enumeração de quais questões são abordadas pela responsabilidade social (quais áreas são da responsabilidade da empresa - social, ambiental, segurança do produto?); e a filosofia da resposta (a empresa responde proativamente à questão?).

Para uma definição completa da responsabilidade social corporativa, de acordo com o autor, entre as várias obrigações que a empresa tem para a sociedade, é preciso considerar os aspectos econômicos, jurídicos, éticos e discricionários do negócio. Essas quatro categorias não são mutuamente excludentes nem mesmo inclinadas a retratar as preocupações econômicas de um lado e as preocupações sociais de outro.

Carroll (1979) reconhece, no entanto, que a responsabilidade econômica é a primeira e principal preocupação de uma corporação, já que ela é a unidade econômica básica da sociedade. E, como tal, a empresa tem a responsabilidade de produzir bens e serviços que a sociedade deseja. Todas as outras funções de negócios são baseadas neste pressuposto fundamental.

Em relação à responsabilidade legal, considera-se que a empresa sancionou o sistema econômico, permitindo que as empresas assumissem a função de produção. Como um item parcial para o cumprimento deste contrato social, a empresa também instituiu regras básicas - leis e regulamentos - com base em quais negócios devem operar. A empresa espera que as empresas cumpram sua missão econômica de acordo com os requisitos legais.

Embora as responsabilidades econômicas e legais tenham padrões éticos implícitos, existem comportamentos adicionais que não são necessariamente transformados em leis, mas que, no entanto, devem ser considerados da mesma maneira. As responsabilidades éticas não estão bem definidas e estão entre os aspectos mais difíceis para as organizações a serem enfrentadas.

As responsabilidades discricionárias são aquelas que a sociedade não apresenta de forma clara, e portanto cabe às empresas assumir as funções sociais além das econômicas, legais e éticas.

Além da natureza da execução da responsabilidade social, Carroll (1979) argumenta que também é necessário identificar as questões sociais ou áreas temáticas às quais essas responsabilidades estão vinculadas. O

fato é que estas são diferentes para diferentes indústrias. Por esta razão, a relação entre as empresas e a sociedade deu lugar a abordagens gerenciais, que estão mais preocupadas com o desenvolvimento, para especificar formas generalizadas de responder a todas as questões sociais que se tornem significativas para uma empresa. Assim, surge um novo aspecto nesta análise: a filosofia, o modo ou a estratégia por trás da resposta da responsabilidade social dada por uma empresa. Esta resposta pode variar da falta de resposta até uma atitude proativa.

O modelo apresentado por Carroll (1979) atua como um guia de critérios para auxiliar as organizações no desenvolvimento de sua postura social. O resultado é uma atenção sistemática à responsabilidade social; de acordo com este modelo, o desempenho social de uma empresa requer a avaliação das responsabilidades sociais do grupo. Essas questões sociais devem ser identificadas e uma resposta deve ser dada.

Em outro modelo, proposto por Porter e Kramer (2002), os objetivos sociais e econômicos não são conflitantes, mas complementares e interligados. Para eles, a competitividade hoje depende da produtividade e de como cada empresa usa a força de trabalho, capital e recursos naturais para produzir produtos e serviços de alta qualidade. A produtividade, no entanto, depende de trabalhadores com educação, segurança, saúde, habitação e a motivação advinda de um senso de responsabilidade.

CONCLUSÃO

Os estudos sobre a responsabilidade social no Brasil são mais recentes do que os realizados no exterior; os teóricos internacionais apostam na expansão do conceito, relacionando-o com outros temas complementares para o desenvolvimento de um paradigma que compreenda a atuação das empresas e da sociedade. Esses teóricos também se concentram na proposição de modelos de avaliação de desempenho social, que são constantemente criticados e revistos por si próprios e também por outros estudiosos (F REIRE et al., 2008).

É verdade que a responsabilidade social das empresas cresce como uma prioridade para alguns dos principais líderes empresariais do mundo (PORTER; KRAMMER, 2006). Muitas empresas já consideram as consequências sociais e ambientais de suas atividades, embora esses esforços não sejam tão produtivos quanto poderiam ser. Entre as razões está a pressão para que as empresas adotem a responsabilidade social em suas formas genéricas, em vez de direcioná-las para a adequação da

estratégia de cada empresa. Os gerentes sem uma compreensão estratégica da responsabilidade social são propensos a adiar esses custos, o que pode levar a ônus muito mais elevados quando a empresa é considerada como tendo violado sua obrigação social.

Na responsabilidade social corporativa, a organização propõe oferecer um maior valor social. Na busca de oportunidades, essa responsabilidade é de grande relevância, uma vez que as questões sociais estão interligadas com os negócios e vice-versa.

No entanto, não seria impossível concluir que as discussões sobre a responsabilidade social corporativa ainda são marcadas pela falta de rigor. A empresa deve ser tratada como uma entidade social e, neste sentido, deve ter responsabilidades sociais como intrínsecas à sua atividade. A necessidade de gestão conjunta, o compartilhamento de pontos de vista e a abertura do processo de tomada de decisão para questões que afetam diferentes grupos de interesse, devem ser um pilar da sustentabilidade empresarial. Tal visão exigiria que as organizações criassem arranjos inter-organizacionais que lhes permitissem alcançar e gerenciar múltiplos interesses.

É importante ter em conta que as noções de responsabilidade social e ambiental não são apenas mais um dispositivo ideológico que busca manter as condições atuais de concentração de capital e riqueza, além de fazer com que o cenário da injustiça social persista; por isso é importante se preocupar com as questões que busquem, no lugar de se esconder por trás do sistema econômico, tentar resolvê-lo adequadamente.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri; PINTO, Raquel Giffoni. *A gestão empresarial do “risco social” e a neutralização da crítica*. Revista Praia Vermelha, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 51-54, jul./dez., 2009.

BARBIERI, José Carlos; VASCONCELOS, Isabella Freitas Gouveia de; ANDREASSI, Tales; VASCONCELOS, Flávio Carvalho de. *Inovação e sustentabilidade: novos modelos e proposições*. RAE, São Paulo, v. 50, n. 2, p. 146-154, abr./ jun. 2010.

BARCELOS, Rebeca de Moraes Ribeiro de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. *Responsabilidade social corporativa: uma discussão*

a respeito da epistemologia subjacente aos conceitos utilizados na área.
In: XXXIV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2010.

BOAVENTURA, João Maurício Gama; CARDOSO, Fernando Rodrigues; SILVA, Edison Simoni da; SILVA, Ralph Santos da; DONAIRE, Denis. *Teoria dos stakeholders e teoria da firma: um estudo sobre a hierarquização das funções-objetivo em empresas brasileiras.* In: ENCONTRO DA ANPAD, 32., Rio de Janeiro/RJ, 6 a 10 de setembro de 2008.

CARREIRA, Fernanda Cassab. *Sustentabilidade: é possível gerir essa mudança?* In: XXXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2011.

CARROLL, Archie B. A three-dimensional conceptual model of corporate performance. *The Academy of Management Review*, vol. 4, n. 4, p. 497-505, Oct. 1979.

COELHO, Ana Lúcia de Araújo Lima; GODOI, Christiane Kleinübing. *Coerência entre o discurso institucional e o discurso midiático sobre a sustentabilidade.* In: XXXIV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2010.

DEMIL, Benoît; LECOCQ, Xavier. Business model evolution: in search of dynamic consistency. In: *Long Range Planning*, vol. 43, p. 227-246, 2010.

DIAS, Edson Aparecido; BARROS, Lucas Ayres. *Sustentabilidade ambiental e retorno ao acionista: um estudo sobre o ISE.* In: ENCONTRO DA ANPAD, 32, Rio de Janeiro/RJ, 6 a 10 de set. 2008.

DONALDSON, Thomas; PRESTON, Lee E. The stakeholder theory of the corporation: concepts, evidence and implications. *The Academy of Management Review*, vol. 20, n. 1, p. 65-91, Jan. 1995. Disponível em: < <http://www.jstor.org/stable/258887> >. Acesso: 19 fev. 2014.

FALCÃO, Mariana Cavalcanti; GÓMEZ, Carla Regina Pasa. *A dimensão social da sustentabilidade do destino turístico de Fernando de Noronha, Pernambuco - Brasil.* In: XXXVI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2012.

FENKER, Eloy Antônio. *Estratégias de sustentabilidade: novos rumos?*

In: XXXVI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2012.

FILHO, José Milton de Sousa; PEREIRA, Josiane de Andrade; BARBIERI, José Carlos. *Responsabilidade social e filantropia estratégica: uma análise dos relatórios de sustentabilidade de empresas brasileiras*. In: XXXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2011.

FONTRONDONA, Joan; SISON, Alejo José G. The Nature of the Firm, Agency Theory and Shareholder Theory: A Critique from Philosophical Anthropology. *Journal of Business Ethics*, vol. 66, n. 1, p. 33-42, 2006.

FREEMAN, R. Edward. *A stakeholder theory of the modern corporation*. In: HARTMAN, L. P. (ed.). *Perspectives in business ethics*. Boston, MA: McGraw-Hill, 2002. p. 171-181.

FREEMAN, R. Edward; REED, David L. *Stockholders and stakeholders: a new perspective on corporate governance*. *California Management Review*, vol. XXV, n. 3, p. 88-106, Spring 1983.

FREEMAN, R. Edward; WICKS, Andrew C.; PARMAR, Bidhan. *Stakeholder theory and "The Corporate Objective Revisited"*. *Organization Science*, vol. 15, n. 3, p. 364-369, May/June 2004.

FREIRE, Robson; SANTOS, Sônia Regina Oliveira; SOUZA, Maria José Barbosa de; ROSSETTO, Carlos Ricardo. *Responsabilidade social corporativa: evolução da produção científica*. In: IV Congresso Nacional de Excelência em Gestão, Rio de Janeiro, ago. 2008.

HILLMAN, Amy J.; KEIM, Gerald D. Shareholder value, stakeholder management, and social issues: what's the bottom line? *Strategic Management Journal*, John Wiley & Sons, vol. 22, n. 2, p. 125-139, Feb. 2001. Disponível em: <<http://www.jstor.org/discover/10.2307/3094310?siid=21105121879161&uid=4&uid=70&uid=3737664&uid=2134&uid=2>>. Acesso em: 20 abr. 2010.

HOFF, Débora Nayar; PEDROZO, Eugênio Ávila. *Caminhando para o desenvolvimento sustentável: avaliação do posicionamento de uma das unidades da Klabin S.A.* In: XXXIII Encontro da ANPAD, São Paulo, set. 2009.

KASSAI, José Roberto; HA, Helisa; CARVALHO, L. Nelson. *Diálogo IFRS e GRI para o desenvolvimento sustentável*. In: XXXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2011.

LAMEIRA, Valdir de Jesus; JUNIOR, Walter Lee Ness; QUELHAS, Osvaldo Luis Gonçalves; PEREIRA, Roberto Guimarães. *Sustentabilidade tem valor? Uma investigação no mercado de capitais brasileiro*. In: XXXVI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2012.

LEAL, Susana Cristina Henriques; REGO, José Arménio Belo da Silva. *Reformulando a dimensionalidade do constructo de responsabilidade social das empresas*. In: XXXIV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2010.

MARCONATTO, Diego Antônio Bittencourt. *O desenvolvimento sustentável e as teorias da firma: dois mundos diferentes?* In: XXXIV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2010.

MELO, Paulo Thiago N. B de; SALLES, Helena Kuerten de; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. *Quadro institucional para o desenvolvimento sustentável: o papel dos países em desenvolvimento a partir da análise crítica do discurso da Rio +20*. In: XXXVI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2012.

MORETTI, Sérgio Luiz do Amaral; CAMPANÁRIO, Milton de Abreu. *Para sair da zona de conforto: análise bibliométrica dos artigos sobre responsabilidade social empresarial – RSE na em ANPAD*. In: XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2008.

MOTA, Ana Elizabete; SILVA, Maria das Graças e. A questão ambiental e o contraditório discurso da sustentabilidade. *Revista Praia Vermelha*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 37- 50, jul./ dez. 2009.

MUNCK, Luciano; MUNCK, Mariana Musetti; SOUZA, Rafael Borim de. *Sustentabilidade organizacional: a proposição de uma framework representativa do agir competente para seu acontecimento*. In: ENCONTRO DA ANPAD, 35., Rio de Janeiro/RJ, 4 a 7 de setembro de 2011.

NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. *Revista de Estudos Avançados*, 26 (74), p. 51 – 64, 2012.

NASCIMENTO, Luis Felipe. *O insustentável sustentável*. In: XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2008.

NOVAES, Marcos Bidart Carneiro de; BRUNSTEIN, Janette. *Paradoxos e contradições no desenvolvimento de competências para a sustentabilidade: uma investigação em cooperação com gestores*. In: XXXVI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2012.

NUNES, Julyana Goldner; TEIXEIRA, Aridélmo J. C.; NOSSA, Valcemiro. *Análise das variáveis que influenciam a adesão das empresas ao Índice Bovespa de Sustentabilidade Ambiental*. In: XXXIII Encontro da ANPAD, São Paulo, set. 2009.

PADILHA, Livia Garcez de Oliveira; FILHO, Jorge Renato de Souza Verschoore. *Redes sociais para o desenvolvimento sustentável local: uma análise qualitativa e quantitativa de sua governança*. In: XXXVI Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2012.

PEREIRA, Liandra; FENDRICH, Lisandro José. *Políticas e práticas de responsabilidade social corporativa em empresas do interior de Santa Catarina e do Paraná*. In: ENCONTRO DA ANPAD, 33., São Paulo/SP, 19 a 23 de setembro de 2009.

PORTER, Michael E.; KRAMER, Mark R. The competitive advantage of corporate philanthropy. *Harvard Business Review*, p. 5 – 16, dez. 2002.

PORTER, Michael E.; LINDE, Class van der. Green and competitive: ending the stalemate. *Harvard Business Review*, vol. 73, n. 5, p. 119-134, Sep./Oct. 1995. Disponível em: <http://www.uvm.edu/~gflomenh/ENRG-POL-PA395/readings/Porter_Linde.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2014.

PORTER, M. E.; KRAMER, M. Strategy and society: the link between competitive advantage and corporate social responsibility. *Harvard Business Review*, Dec. 2006. Disponível em: <<https://hbr.org/2006/12/strategy-and-society-the-link-between-competitive-advantage-and->

corporate-social-responsibility>. Acesso em: 4 maio 2013.

SHANKMAN, Neil A. Reframing the debate between agency and stakeholder theories of the firm. *Journal of Business Ethics*, n. 19, p. 319 - 334, 1999.

SILVA, Sabrina Soares da; REIS, Ricardo Pereira. *Sustentabilidade nos discursos organizacionais: uma luz no fim do túnel ou perfumaria?* In: XXXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2011.

SOUZA, Maria Tereza Saraiva de; RIBEIRO, Henrique César Melo; JÚNIOR, Celso Machado; CORRÊA, Rosany. *Perfil e evolução da pesquisa em sustentabilidade ambiental: uma análise bibliométrica*. In: XXXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2011.

VELLANI, Cássio Luiz; ALBUQUERQUE, Andrei Aparecido de; CHAVES, Eduardo de Paula e Silva. *Uma tentativa de mensuração da relação entre valor de mercado e sustentabilidade empresarial nas ações listadas no ISE da Bovespa*. In: XXXIII Encontro da ANPAD, São Paulo, set. 2009.

WELZEL, Evelize; LUNA, Mônica Maria Mendes; BONIN, Maria Albertina Schmitz. *Modelo da dinâmica interdisciplinar de responsabilidade social corporativa: contribuições conceituais e delimitação teórica*. In: XXXII Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro, set. 2008.

Artigo recebido em: 26/05/2017.

Artigo aceito em: 07/08/2017.

Como citar este artigo (ABNT):

GARBACCIO, Grace Ladeira; KROLIK, Christophe; MACIEL, Ana Carolina de Moura. Balance Between Socio-Environmental Responsibility and Business Economic Efficiency. *Veredas do Direito*, Belo Horizonte, v. 14, n. 29, p. 351-372, mai./ago. 2017. Disponível em: <<http://www.domhelder.edu.br/revista/index.php/veredas/article/view/1073>>. Acesso em: dia mês. ano.